

O ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL E A CONCEPÇÃO DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Analia Carmona¹
Estefany dos Santos²
Isabele Ota³
Jéssica Thais Taborda Neri⁴
Roseli Barbosa Sena⁵
Mara Cristiane Aguila⁶

RESUMO

O presente artigo teve como objetivo analisar a concepção de inclusão e a efetivação de sua construção para o atendimento de alunos com deficiência visual na EJA, além de abordar todo o histórico da modalidade e a trajetória da inclusão no mundo. A fundamentação teórica provém de estudos subsidiados por documentos internacionais e nacionais e trabalhos realizados sobre Educação de Jovens e Adultos (EJA), deficiência visual e inclusão, tendo como fonte de pesquisa autores como Freire, Laraia, Stephanou e Bastos, dentre outros. O referido estudo é de natureza quanti-qualitativa, que se efetiva por meio da elaboração e resposta de um formulário com questões relacionadas ao tema. A partir da análise dos resultados obtidos, constatou-se que o processo de

¹ Aluna do 8º período do curso de Pedagogia da FAE Centro Universitário.
E-mail: analiciafcarmona234@gmail.com

² Aluna do 8º período do curso de Pedagogia da FAE Centro Universitário.
E-mail: estefanysantos6399@gmail.com

³ Aluna do 8º período do curso de Pedagogia da FAE Centro Universitário
E-mail: isabeleota1997@gmail.com

⁴ Aluna do 8º período do curso de Pedagogia da FAE Centro Universitário.
E-mail: jessicathais415@gmail.com

⁵ Aluna do 8º período do curso de Pedagogia da FAE Centro Universitário.
E-mail: roseli.sena@hotmail.com

⁶ Orientadora da pesquisa. Doutoranda em Educação. Especialista em Neuropsicologia. Graduada em Psicologia. *E-mail:* mariac@gmail.com

inclusão acontece de forma efetiva na EJA, superando as barreiras e a exclusão na aprendizagem. Na conclusão deste artigo, ressalta-se a importância de mais estudos voltados para a área, uma vez que o processo de inclusão e a modalidade de ensino encontram-se em constante crescimento e transformação.

Palavras-chave: EJA. Inclusão. Deficiência visual.

INTRODUÇÃO

No atual contexto educacional, as modalidades de ensino têm sido bastante discutidas. Dessa forma, buscando compreender o conceito de inclusão dos alunos com deficiência visual e a efetividade deste processo dentro da EJA – que foi o problema de pesquisa – artigo em questão procura trazer uma reflexão acerca desse assunto por meio da relação entre a vivência dos educandos e o cumprimento das leis que asseguram a qualidade de ensino e o exercício dos direitos de todas as pessoas.

Assim, serão tratados pontos históricos sobre a inclusão e a Educação de Jovens e Adultos, que surgiu com a chegada dos jesuítas e, desde então, tem sofrido alterações para que se torne capaz de promover um ensino significativo aos alunos que não concluíram os seus estudos na idade própria, principalmente àqueles que possuem algum tipo de deficiência.

Sendo assim, para descobrir a forma como a inclusão dos alunos cegos ocorre na modalidade, foi preciso utilizar uma metodologia dialética, o que, de acordo com Maciel (2013), é um discurso que ocorre entre duas ou mais pessoas que mostram pontos de vista diferentes sobre um determinado assunto e desejam determinar a verdade por meio de argumentos que possuam fundamento.

Dessarte, o estudo foi realizado com apoio nos seguintes tipos de pesquisa: qualitativa, bibliográfica, exploratória e de campo. Para Yin (2016, p. 7), em seu livro *Pesquisa qualitativa do início ao fim*, esta estuda o significado da vida real, o que, segundo Lima (2008) depende de informações alcançadas por meio de diferentes fontes e de multiperspectivas da realidade investigada.

Com vista à familiarização com o objeto de estudo, utilizou-se também, conforme descrito no parágrafo anterior, as pesquisas bibliográficas, exploratória e de campo. Nas duas primeiras, buscou-se fundamentação com base em livros e artigos, o que, para Gil (2008), tem a vantagem de:

[...] permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço (GIL, 2008, p. 50).

No que tange à pesquisa de campo, esta teve como objetivo a obtenção de informações e conhecimentos que corroborem ou refutem a hipótese apresentada, a partir de um estudo embasado na observação de questões reais. Entretanto, devido ao cenário atual, influenciado pela pandemia da Covid-19, houve dificuldade para o acesso presencial às instituições que oferecem a EJA e, por isso, foi criado com o Google Forms

um formulário *on-line*, enviado aos participantes por meio de um link. Os resultados colhidos serão apresentados posteriormente.

Quanto à organização do artigo: os dois primeiros itens apresentam a trajetória histórica da EJA e da inclusão, com reflexões acerca das leis e das políticas públicas criadas para a efetivação de ambas. Com base nisso, buscou-se a partir da terceira sessão caracterizar o perfil dos alunos que estudam na EJA, bem como as dificuldades encontradas por eles e de que modo é possível saná-las, ou seja, quais são as adaptações necessárias.

Em suma, busca-se a compreensão do processo inclusivo e o entendimento da realidade dos envolvidos, de modo que os indicadores e a qualidade de ensino sejam refletidos, com vista à garantia do direito à educação para todos, conforme a LDB (96/94) Art. 3, incisos I, IX, XI e XIII e Delors (1999, p. 223):

Em sociedades cada vez mais complexas e multiculturais, a emergência da escola como esfera pública acentua sua relevância insubstituível na promoção da coesão social, da mobilidade humana e da aprendizagem na vida em comunidade.

Com esse foco, a presente pesquisa tem o intuito de colaborar com os envolvidos no processo educacional. Portanto, destina-se a toda comunidade escolar, como professores, pedagogos, e, em especial, aos alunos, ou a qualquer outro que deseje se aprofundar no assunto.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 A EJA

1.1.1 Início da Educação de Jovens e Adultos

No período colonial, a educação de adultos ocorria no Brasil por meio da iniciação à vida religiosa e a alfabetização desse povo na Língua Portuguesa por meio da catequização. Com a saída dos missionários do Brasil, a educação, então, passou a ser responsabilidade do governo Imperial, que começou a destiná-la para a elite, excluindo as minorias.

No período da República, a idealização de analfabetismo começou a ganhar força. Com a reforma *Leôncio de Carvalho*, no ano de 1879, as pessoas analfabetas foram consideradas incompetentes. Assim, em razão da negligência destinada ao tema, em 1920, o Brasil alcançou uma grande porcentagem no índice de analfabetismo.

Na década de 1940, devido à grande mobilização em relação à Educação de Jovens e Adultos, diversos movimentos sociais surgiram. Nesse cenário, foi possível conhecer Paulo Freire (1921-1997), um importante educador, escritor e filósofo, considerado “pai” desta modalidade. Com a força dessas ações coletivas, Paulo Freire, junto ao Ministério da Educação, recebeu o convite para desenvolver o *Plano Nacional de Alfabetização*. No entanto, sua elaboração foi paralisada em razão da Ditadura Militar, que ocorreu em 1964.

Na década de 1990 houve o surgimento de vários movimentos, como o *Movimento de Alfabetização (MOVA)*, que visava trabalhar a Educação de Jovens e Adultos por meio da concepção socioeconômica dos alunos. No ano de 2003, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou o programa *Brasil Alfabetizado*, que tinha o intuito de erradicar o analfabetismo em quatro anos por meio do trabalho voluntário. Atualmente, a EJA segue a concepção pedagógica proposta por Paulo Freire. Os jovens e adultos são atendidos na rede estadual de ensino, onde podem finalizar seus estudos com horários flexíveis e adaptados ao seu contexto.

1.1.2 Concepção Pedagógica que Norteia a EJA

Na proposta de Paulo Freire para a Educação de Jovens e Adultos, o processo de alfabetização não seria metódico, ou seja, não haveria somente o ensino de palavras e número descontextualizados. Freire acreditava na necessidade de se alfabetizar de modo contextualizado, com base para que eles reconhecessem a educação como fonte de construção da sua identidade e transformação social. Para isso, a metodologia deveria ser rica e com significação para os alunos, que precisavam ter acesso a conhecimentos pertencentes à sua realidade social.

1.1.3 Legislação e Oferta da EJA

Conforme o Art. 37 da LDBEN 9394/96, no § 2º “O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si”. O PNE (Plano Nacional de Educação), vigente desde 2014, também cita a Educação de Jovens e Adultos em uma de suas metas. Quanto à oferta, pode ser por meio de:

Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos (Ceebja).
Colégios da rede pública estadual de ensino que possuam o ato regulatório de autorização de funcionamento de Ensino Médio - EJA, em turno diferente da oferta do ensino regular.

Instituições de ensino da rede privada que possuam o ato regulatório de autorização de funcionamento de Ensino Médio - EJA.

Apeds vinculadas às instituições de ensino da rede pública estadual (PARANÁ, 2010).

Desta forma, o atendimento pode ser realizado de forma coletiva – em que o aluno pode frequentar as aulas com um cronograma pré-estabelecido – ou de forma individual – que tem como princípio respeitar o ritmo do educando de acordo com o tempo que ele tem disponível.

1.2 INCLUSÃO

1.2.1 Trajetória da Inclusão

Para entendimento acerca de um determinado conceito é necessária a contextualização de sua evolução ao longo do tempo. A cada nova época, de acordo com suas características sociais, econômicas e culturais, tem se determinado um novo modo para se “olhar” a diferença. Nos primeiros indícios de vida na Terra, ainda no período Paleolítico (Antiga Idade da Pedra), caracterizado pela necessidade de subsistência e pela obrigação do nomadismo, a deficiência era vista como um fardo.

Em seguida, com a apreensão de novos modos para a garantia de subsistência, como o convívio em grupo, deu-se início à Era Neolítica (Nova Idade da Pedra), o que, infelizmente, continuava caracterizando a diferença como algo prejudicial, visto que, a organização da sociedade primitiva (organização social) dependia da colaboração. E, desse modo, todo aquele que não se enquadrava no padrão considerado “normal” era visto como um peso ou fardo. Isso os fazia abandonar ou mesmo eliminar as pessoas com deficiência, pois esse era um comportamento “aceitável”.

Na Grécia, por sua vez, havia muita valorização pelo corpo e pela estética. Assim, se bebês nascidos na época fossem considerados “normais”, fortes e belos, eles poderiam ser criados. No entanto, se fossem considerados feios, disformes e fracos, eram sacrificados pelos próprios anciãos, que os lançavam de um abismo de mais de 2000 metros de altura, num local chamado *Apothetai*, que significava “depósitos”.

No fim da Idade Média e início da Idade Moderna, Correa (2019) chama atenção para a *Inquisição* e o sacrifício de milhares de pessoas, dentre elas, deficientes, adivinhos e até os considerados “endemoniados”. Nessa época, no entanto, as pessoas com deficiência começaram a ter mais atenção, e médicos, como Paracelso e Cardano, começaram a vê-las a partir de um cunho medicinal e não mais teológico ou moral,

pois, segundo eles (apud CORREA, 2019) “caberia aos médicos, e não ao clero, a decisão sobre a vida e o destino dessas pessoas”.

Na Idade Contemporânea, segundo Laraia (2009), foram inventados diversos meios de locomoção e facilitação para as pessoas com deficiência. Por fim, o século XX foi marcado por diversas mudanças relacionadas ao contexto geral dessas pessoas. Estas, neste período, começaram a ser introduzidas na sociedade, desde que estivessem o mais próximo possível dos padrões de normalidade estabelecidos socialmente. Ademais, impulsionado pelas consequências da *Segunda Guerra Mundial*, em 1945 houve a criação da *Organização das Nações Unidas* e, a partir dela, o desenvolvimento da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Desse modo, deu-se um “ponta pé” inicial no que diz respeito à elaboração de leis com vista à garantia de direitos a todas as pessoas. No Brasil, os direitos são abordados pela Constituição de 1988, e, relacionado à Educação, não se pode deixar de abordar a LDB de 1996 e a LBI, alcançada no século XXI, no ano de 2015.

1.2.2 A Legislação Brasileira como Meio de Viabilizar a Inclusão

Com relação aos direitos assegurados a essas pessoas, no Brasil, em 1988, com a *Constituição Federal*, instituem-se vários artigos, dentre eles, alguns que, desde então, vêm sofrendo alterações por meio das emendas constitucionais. De acordo com Maior (2017), em 1989, a Lei 7.853 foi promulgada, sendo esta a primeira grande lei no que se refere às PcD. Em 2000, foram instituídas as leis 10.098 e 10.048, nas quais se estabelecem as normas gerais para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Em 2002, por meio da Lei 10.436, a Libras tornou-se a língua oficial para comunicação dos surdos, tendo o Português escrito como segunda língua. Além disso, em 2010, a Lei 5.626 promove a regulamentação da formação de intérpretes e tradutores da Língua Brasileira de Sinais, possibilitando a contratação e o concurso destes profissionais (MAIOR, 2017).

Por fim, a mais nova conquista da pessoa com deficiência foi promulgada em 2015, a chamada **Lei de Inclusão** (13.146), ou ainda, o **Estatuto da Pessoa com Deficiência**, que afirma a capacidade e autonomia dessas pessoas, buscando assegurar e promover o exercício dos direitos e das liberdades, além de visar à efetivação de sua inclusão social e a ação de sua cidadania.

1.3 PERFIL DO ALUNO DA EJA

O aluno da EJA traz em sua história de vida uma marca de exclusão que, muitas vezes, condiciona suas possibilidades de aprendizagem na escola. Por isso, deve-se ter em mente sua idade, sua trajetória pessoal, considerando também suas aptidões e dificuldades, pois, desse modo, é possível que a metodologia seja adaptada e adequada à realidade dele. Embora, algumas vezes, os discentes estejam em fase de alfabetização, é necessário que o conteúdo aplicado seja com base no interesse e no contexto de vida deles, por meio de um conteúdo adaptado e não infantilizado.

Comparar o nível de compreensão da escrita entre adultos e crianças não significa, no entanto, desenvolver uma infantilização das atividades pedagógicas. É preciso levar em consideração toda a bagagem histórica que os sujeitos adultos detêm, suas vivências com a língua escrita e “conhecer o adulto do ponto de vista intelectual, para desenvolver uma atitude de respeito com o adulto (MOURA, 2001, p. 116 apud FERREIRA et al., 2013, p. 183).

Em sua predominância, segundo Bispo et al. (2016), os jovens e adultos que buscam a EJA, fazem isso devido às suas necessidades particulares, seja pelo desejo de se integrar à sociedade letrada ou para conseguirem um emprego melhor.

No geral, o público da EJA é bem diversificado e as características dos educandos também, pois há alunos entre quinze e oitenta anos de idade. Além dessa variável, há ainda as diferenças socioeconômicas e contextuais, visto que, são muitas as profissões realizadas por esses discentes.

1.3.1 O Perfil do Aluno com Deficiência Visual

De acordo com a nomenclatura, a deficiência visual não está restrita às pessoas com inatividade total do sentido visão, mas também inclui àqueles com baixa visão e se estende aos nascidos cegos (cegos congênitos) e aos que durante sua vida perderam este sentido.

[...] a alteração da capacidade funcional da visão, decorrente de inúmeros fatores isolados ou associados, tais como: baixa acuidade visual significativa, redução importante do campo visual, alterações corticais e/ou de sensibilidade aos contrastes, que interferem ou que limitam o desempenho visual do indivíduo (BRASIL, 2006, p. 16).

Por muito tempo, o aluno com deficiência visual, e outros discentes com qualquer tipo de deficiência, passaram por um processo de desvalorização e exclusão muito grande. Para muitos, a preocupação com a educação de pessoas cegas iniciou apenas em meados do século XVI, por meio de Girolínia Cardono, que testou a aprendizagem da leitura desses alunos por meio do tato. Desse modo, foi desenvolvido o Braille, que facilitou a participação destas pessoas na vida social e cultural.

Em 2015, foi instituída a Lei 13.146 que tem como objetivo assegurar e promover o exercício dos direitos da pessoa com deficiência, com vista a incluí-la como cidadã. No Brasil, porém, em 1996, a partir da promulgação da Lei 9.394, já era observado o ingresso de alunos com deficiência visual dentro da modalidade de ensino EJA. Segundo o Título III, da seção *Do Direito à Educação e do Dever de Educar*, afirma-se:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: III – atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1996).

Com isso, permitiu-se que o deficiente visual desejasse retornar à escola para obter qualificação, o que lhe permitiria ingressar no mercado de trabalho. Desse modo, ele teria resultados positivos que refletiriam em mais autonomia, independência financeira, flexibilidade, aprendizagem de novos saberes e abertura de novos horizontes.

1.4 AS DIFICULDADES DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Há diversos fatores que podem influenciar negativamente no processo de ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência visual na EJA, um deles é a exclusão, ou seja, as dificuldades ou problemas sociais que levam ao isolamento e até à discriminação de um determinado grupo. É considerado o ponto máximo atingível no decurso da marginalização, um processo no qual o indivíduo vai se afastando da sociedade por meio de rupturas consecutivas com ela. Segundo Mansini (2015, p. 5 apud ULIANA; MÓL, 2015, p. 138):

A inclusão escolar de estudantes com deficiência visual requer, de cada educador, o saber sobre a especificidade de ação e contribuição que cabe

à sua área de estudos em situações educacionais; discernimento sobre os próprios sentimentos e a concepção a respeito do estudante com deficiência visual e das possibilidades desse estudante, bem como, sobre as expectativas que têm a respeito dele e as consequentes exigências a serem feitas.

Além disso, há a barreira arquitetônica, isto é, a falta de infraestrutura adequada à aprendizagem e locomoção do aluno cego, que impedem a garantia de acesso e autonomia deste.

Não menos importante, outro fator primordial para facilitar o processo de ensino é a afetividade na relação professor e aluno. Essa, além de estimular o desenvolvimento do educando, torna a inclusão possível. Portanto, para que haja uma comunicação efetiva entre os envolvidos no processo, cabe ao professor a construção dessa interação.

O trabalho contínuo do educador no ambiente escolar, vai se caracterizando conforme as exigências que a própria inclusão vem trazendo ao longo de sua história. Identificar as dificuldades emergentes da educação inclusiva no contexto escolar é, primeiramente, reconhecer que se precisa fazer muito para que essa realidade se transforme e, a partir dela, seja viável um trabalho de qualidade.

Com o intuito de adicionar e suplantando os serviços educacionais comuns, o MEC, em 2005, estabeleceu o programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), que é citado na portaria 13, de 24 de abril de 2007:

Art. 1º Criar o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais com o objetivo de apoiar os sistemas públicos de ensino na organização e oferta do atendimento educacional especializado e contribuir para o fortalecimento do processo de inclusão educacional nas classes comuns de ensino.

À vista dos desafios que o educador encontra na EJA e das dificuldades políticas e contextuais de seus educandos, torna-se primordial a superação dos obstáculos e a busca por meios e formações que lhe ajudem a oferecer um ensino cada vez melhor.

1.5 O TRABALHO PEDAGÓGICO

1.5.1 A importância da Metodologia

Na escola inclusiva é indispensável que o profissional esteja preparado física e mentalmente, pois trabalhará com alunos diversos. Neste sentido, vale citar que a pessoa mais importante para o aluno no seu âmbito escolar será seu professor. Ele será seu

guia, seu “mentor” e ficará responsável por lhe proporcionar a melhor experiência em seu estudo. Segundo o CNE n. 02, de 11 de setembro de 2001, o aluno com deficiência deve ter acesso à educação básica em qualquer nível de escolaridade

Desse modo, o docente que atua na EJA precisa compreender as especificidades de cada educando, seja uma deficiência, o contexto de vida diferente ou alguma dificuldade de aprendizagem, pois, somente desta forma, poderá compartilhar de um ensino rico e capaz de formar integralmente o indivíduo.

1.5.2 Metodologia na Andragogia

Esta metodologia é embasada nos conteúdos pensados para a educação de jovens e adultos, de modo contextualizado e com base nos conhecimentos prévios destes, ou seja, nas práticas que eles já sabem e lhe ajudarão no processo de acomodação.

Desse modo, considerar no currículo a cultura e as vivências do educando como elementos de mediação entre as relações deles com a sociedade, implica diretamente em sua formação social, política e histórica. O trabalho entra como forma de produção dos indivíduos no mundo material, sendo esta uma ação capaz de transformar o meio e a realidade destes. Partindo dessa ideia, a educação de jovens e adultos deve acontecer com base nos fatores que influenciam o contexto e o desenvolvimento individual de cada aluno, de modo que se consiga ensinar com mais personalização e efetividade.

1.5.3 Metodologia para Alunos com Deficiência Visual

O discente que possui algum tipo de deficiência necessita de uma adaptação curricular para que sua aprendizagem seja facilitada. Assim, o estudante com deficiência visual não precisa de uma metodologia exclusiva, mas sim de uma adaptação curricular, com atividades que permitam a utilização do tato, por exemplo.

É muito mais que transmitir conteúdos e conhecimentos a um grupo de alunos reunidos em sala de aula, o professor deve possuir características especiais e sensibilidade para o trabalho com um público que, quase sempre, apresenta baixa autoestima [...] (RODRIGUEZ et al., 2017, p. 247).

Desse modo, é de responsabilidade do professor e da equipe pedagógica, o entendimento de que seus alunos têm especificidades, habilidades e dificuldades

diferentes e de que cabe a ele a adaptação dos conteúdos e das atividades com vista a atender cada uma dessas particularidades.

1.5.4 Adaptação Curricular e Recursos

É importante lembrar que a adaptação curricular não interfere nos documentos oficiais, sendo apenas uma adequação do conteúdo para o aluno com deficiência visual. Desse modo, o docente fica responsável por tornar acessível os conteúdos, a metodologia e as atividades realizadas, incentivando o aluno a se sentir incluído e motivado a continuar os seus estudos.

Materiais feitos em relevo, possibilitando a utilização do tato são meios facilitadores para o aluno identificar e compreender aquilo que está sendo ensinado. Além disso, para um ensino mais qualificado, o aluno com deficiência tem o direito de utilizar outros recursos adaptados, que podem ser táteis, tecnológicos, auditivos e não-ópticos, como o Braille. Atualmente já existem alguns canais tecnológicos que o ajudam no dia a dia, na escola ou até mesmo no trabalho, recursos como o audiolivro e a tecnologia com sistema de voz facilitam na hora de navegação na Internet e podem ser fontes bastante importantes para despertar o interesse no educando.

Os profissionais do ambiente escolar também precisam estar preparados para receber os alunos com deficiência visual, assim, o discente se sentirá ainda mais acolhido. É importante, ainda, que os funcionários tenham uma boa relação com os pais do aluno, para que assim a família sinta que escolheu um espaço de qualidade para seu filho estudar.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa é de cunho pedagógico e teórico acerca da relação entre a inclusão e a EJA, com o intuito de compreender a forma como este processo ocorre dentro da modalidade traçada. Para isso, utilizou-se de uma metodologia dialética, que significa “arte do diálogo” e permite a construção do saber a partir de pontos de vista diferentes. Isso, para Platão, é simplesmente a investigação racional de um conceito; o que, de acordo com Tavares et al. (2016):

Possibilita a compreensão e explicação dos problemas e das contradições que envolvem a produção de explicações sobre os fenômenos sociais, ou seja, a dialética torna-se uma possibilidade à reflexão da prática educativa, dentre outros casos.

Além disso, o estudo apoiou-se na abordagem quanti-qualitativa. Esta, para Chizzotti (2014, p. 79 apud MARCONI; LAKATOS, 2017, p. 296) “parte do fundamento de que há relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”. Desse modo, o indivíduo envolvido no objeto de estudo é considerado em sua totalidade, de acordo com o contexto em que vive.

Com natureza exploratória, esta pesquisa permite que o leitor se familiarize com o objeto de estudo, desenvolvendo, esclarecendo e modificando conceitos, com foco à investigação e descoberta de informações e orientações sobre como formular hipóteses e levantar ideias mais precisas e pesquisáveis (GIL, 2008, p. 27). Para isso, diferentes fontes foram utilizadas a fim de explorar pontos de vista diversificados, o que, segundo Gil (1991), contribui grandemente para que se conheça os fatos passados com mais veracidade.

Ainda como meio para descobrir sobre a efetividade da inclusão na Educação de Jovens e Adultos, foi realizada uma pesquisa de campo. Esta possibilita que, a partir de uma observação real acerca do objeto de estudo, se tenha uma resposta confirmatória ou não para a hipótese colocada no projeto. Para isso, buscou-se uma aproximação entre pesquisador e objeto de estudo por meio de um formulário *on-line*, que foi criado com o Google Forms, visto que não houve possibilidade de acesso presencial devido ao isolamento social e ao fechamento das escolas.

Ao todo, nove pessoas participaram da pesquisa. Esta possuía oito questões, divididas entre descritivas e dissertativas. Quando de múltipla escolha, tinham entre duas e seis alternativas. Além disso, em casos de a alternativa não ser condizente à realidade do profissional respondente, havia um campo para que ele colocasse sua própria resposta.

Acerca das questões levantadas no formulário:

O objetivo das duas primeiras foi analisar o perfil dos professores. Para isso, buscou-se verificar e definir os profissionais que estão ou tenham atuado na EJA nos cinco últimos anos, pelo menos; além de identificar se estes tiveram a oportunidade de trabalhar com alunos que tivessem algum tipo de deficiência. Assim, foi possível colher respostas de profissionais que tenham acesso a esta área atualmente, visto que este é um contexto que muda com constância.

A partir da terceira questão, buscou-se, por meio do olhar do professor, descobrir o perfil dos estudantes presentes nesta modalidade, se há barreiras que tornam a

inclusão mais difícil e se esta acontece de forma efetiva. Ademais, foi possível que os professores marcassem, de acordo com o grau de importância considerado por eles, os fatores capazes de tornar o ensino mais significativo aos alunos com deficiência visual.

3 RESULTADOS

Das respostas coletadas, 100% dos professores atuam ou atuaram na EJA nos últimos cinco anos e tiveram a oportunidade de trabalhar com alunos que tenham algum tipo de deficiência. Sobre a principal característica dos discentes matriculados nesta modalidade: 44% dos entrevistados relataram que são estudantes com deficiências intelectuais; 33% dizem ser alunos que não conseguiram finalizar seus estudos porque tiveram dificuldades acadêmicas; e 22% que são discentes que precisaram trabalhar e, por isso, não conseguiram dar continuidade aos estudos na idade própria.

A respeito dos fatores que podem dificultar o processo de ensino-aprendizagem para os alunos com deficiência visual, 55,6% dos entrevistados responderam que a maior dificuldade são as barreiras atitudinais, isto é, a exclusão e a falta de conhecimento acerca das especificidades do educando. Outros 33,3% afirmaram ser as barreiras comunicacionais, enquanto o restante (11,1%) afirmaram ser as barreiras arquitetônicas.

Na pesquisa, os professores também tiveram a oportunidade de definir, segundo o grau determinado por eles, a importância de se implantar alguns aspectos que podem contribuir à efetivação de um ensino mais inclusivo e significativo. A despeito deste assunto, 88% considerou que a capacitação de professores, a adaptação curricular, o diálogo entre instituição e família e o atendimento na sala de recursos são fatores muito importantes. Com relação à utilização de equipamentos tecnológicos adaptados, 77% considera um fator com alto o grau de importância. Quanto ao cumprimento e compartilhamento de leis voltadas ao tema e o acompanhamento de um tutor em tempo integral, 66% considera muito importante, enquanto 55% defende uma mudança na infraestrutura. Embora alguns aspectos tenham sido considerados pouco importantes pela minoria dos entrevistados, não houve nenhum listado como sem importância.

Ademais, os profissionais puderam responder sua opinião sobre a forma como a inclusão de alunos com deficiência visual ocorre nos CEEBJAs. Segundo 63% deles, esta acontece de modo efetivo. Para defender seu ponto de vista, os professores

citaram fatores, como: sala de recursos disponibilizada pelo estado, oportunidade de fazer um número menor de disciplinas, existência do AEE (Atendimento Educacional Especializado) e excelência dos profissionais dentro da modalidade. Os que afirmaram não ser efetivo o processo de inclusão, escreveram sobre a falta de condições estruturais adaptadas e a existência de atividades feitas separadamente.

Desse modo, com base no formulário realizado, refutou-se a hipótese inicial de que a inclusão não ocorre efetivamente dentro da EJA, no entanto, a partir das informações colhidas em fontes bibliográficas, é possível perceber que há muito para se fazer para que o ensino, independentemente da modalidade, seja capaz de gerar um aprendizado significativo, sobretudo para os adultos, que possuem bagagem e objetivos diferentes da criança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, buscou-se fazer uma relação entre a inclusão e a EJA, refletindo e elencando as leis que embasam estes dois conceitos. Desse modo, a partir das metodologias utilizadas, foi possível compreender e identificar pontos importantes acerca do assunto, fatores que poderão ser utilizados para a efetivação de uma prática cada vez menos excludente.

A partir das fontes utilizadas e, principalmente, do formulário enviado aos profissionais da área, as questões tratadas puderam ser bem fundamentadas, de maneira que teoria e vivência pudessem ser trazidas de modo complementar e intencional.

É fato que durante a realização da pesquisa, algumas dificuldades foram encontradas, devido à situação vivenciada pela pandemia, bem como a escassez quanto aos materiais que discutem sobre os temas. Mesmo assim, faz-se muito importante buscar meios para encontrar uma resposta ao problema colocado como ponto central ao artigo: “O processo de inclusão é construído de forma efetiva para atender às necessidades dos alunos com deficiência visual na EJA?”.

De acordo com os resultados obtidos por meio do formulário *on-line*, a inclusão acontece, uma vez que atualmente é possível que o aluno se matricule e conclua seus estudos de acordo com a carga horária que deseja. No entanto, a educação é um fator complexo, que demanda capacitação e dedicação contínuas, ainda mais quando trata de temas como a inclusão.

Por isso, vale ressaltar a importância de estudos mais aprofundados, pois essa é uma área que está em constante transformação, tanto porque busca-se uma melhoria que acompanhe as inovações vividas pelas novas gerações quanto pela própria necessidade de se capacitar para promover um ensino adequado, equânime e significativo, independentemente da faixa etária a qual será ministrado. Sendo assim, é necessária sensibilidade para compreender os processos que envolvem um ensino de qualidade, não importa a modalidade em que ele será oferecido. Em que pese, ao tratar da EJA é interessante que haja uma dedicação ainda maior. Isso com certeza fará toda a diferença.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 11 nov. 2020.
- BRASIL. Portaria Normativa n. 13, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a criação do “Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais”. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 abr. 2007. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/11905>>. Acesso em: 23 maio 2020.
- BRASIL. Resolução CNE/CEB n. 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 set. 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao2.pdf>>. Acesso em: 08 maio 2020.
- BRASIL. **Saberes e práticas da inclusão**: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos cegos e de alunos com baixa visão. Brasília: MEC, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/alunoscegos.pdf>>. Acesso em: 08 maio 2020.
- CORREA, M. **A educação especial na história**: da idade média até o século XX. Textos da Disciplina de Educação Especial – Unirio, Rio de Janeiro, p. 21-35. Disponível em: <<http://www.unirio.br/cch/escoladeturismologia/pasta-virtuais-de-docentes/maria-angela-monteiro-correa/educacao-especial-textos-da-disciplina/aula-2>>. Acesso em: 25 nov. 2019.
- DELORS, J. **Educação**: um tesouro a descobrir. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação do século XXI. São Paulo: Cortez, 1999.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/hpp/arquivos/031120162924_AntonioCarlosGil_ComoElaborarProjetosdePesquisa_EditoraAtlasCopia.pdf>. Acesso em: 18 set. 2020.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2020.
- FERREIRA, A. T. B. et al. Práticas dos professores alfabetizadores da EJA: o que fazem os professores, o que pensam os seus alunos? **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 29, n. 3, p. 177-198, set. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edur/v29n3/a08v29n3.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2020.
- LARAIA, M. I. **A pessoa com deficiência e o direito ao trabalho**. São Paulo: TEDE, 2009. Disponível em: <<https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/8878/1/Maria%20lvone%20Fortunato%20Laraia.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2020.
- LIMA, M. C. **Monografia**: a engenharia da produção acadêmica. 2. ed. São Paulo, Saraiva, 2008.
- MACIEL, W. Dialética. **Infoescola**, 2013. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/filosofia/dialetica>>. Acesso em: 17 set. 2020.
- MAIOR, I. M. M. L. Movimento político das pessoas com deficiência: reflexões sobre a conquista de direitos. **Inclusão Social**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 34-57, jun. 2017. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4029>>. Acesso em: 25 nov. 2020.

MARCONI, M. M; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

PARANÁ. Deliberação n. 05, de 3 de dezembro de 2010. Estabelece Normas para a Educação de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental e Médio de Ensino do Paraná. **Diário Oficial do Paraná**, Curitiba, 3 dez. 2010. Disponível em: <<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/deliberacoes/deliberacao052010.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

RODRIGUEZ, E. O. et al. Inclusão escolar na educação de jovens e adultos. **Revista Eletrônica de Educação**, Londrina, v. 11, n. 1, p.243-259, jan./maio 2017. Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/download/1624/579>>. Acesso em: 07 maio 2020.

TAVARES, A. et al. **Dialética**: aplicações na metodologia da pesquisa científica. 2016. 21 f. Trabalho acadêmico (Pós-Graduação em Ciências Florestais) – Disponível em: <<http://files.wendelandrade.webnode.com.br/200000275-d13f4d2391/Dial%C3%A9tica.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2020.

ULIANA, M. R.; MÓL, G. S. In/exclusão escolar de estudantes cegos no processo de ensino-aprendizagem da matemática, física e química. **Diálogos**, São Paulo, v. 10, n. 16, p. 12-28, jun. 2015. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/revdia/article/view/3355/2360>>. Acesso em: 19 abr. 2020.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.